



PUBLICAÇÃO: 07/12/2017



Vamos fazer um acordo para cidades resilientes

Por Carina Lakovits

Pela primeira vez na história, mais pessoas vivem em cidades do que em áreas rurais. Embora as cidades tenham a promessa de um futuro melhor, a realidade é que muitas cidades não podem responder às expectativas. Muitas vezes, as cidades não têm recursos para fornecer até mesmo os serviços mais básicos aos seus habitantes, e as cidades em todo o mundo não conseguem proteger suas pessoas efetivamente contra a investida de catástrofes naturais ou **mudanças climáticas**.

Muito disso tem a ver com a falta de infraestrutura adequada que possa se defender contra os impactos das inundações, aumento do nível do mar, deslizamentos de terra ou terremotos. A maioria das cidades precisa de melhores defesas contra inundações, casas melhor construídas e melhor planejamento do uso da terra. Mas mesmo quando as cidades sabem o que é preciso para se tornar mais resistentes, a maioria das vezes eles não têm acesso ao financiamento necessário para realizar essa visão.

Estima-se que, em todo o mundo, investimentos de mais de US \$ 4 trilhões por ano em infraestrutura urbana serão necessários apenas para acompanhar o crescimento econômico esperado e um adicional de US \$ 1 trilhão será necessário para tornar o clima de **infraestrutura urbana resiliente**. É claro que apenas o setor público, incluindo instituições de financiamento do desenvolvimento como o Banco Mundial, não poderá gerar esses montantes, nem por um longo período.

A menos que encontremos formas eficazes de incluir o setor privado neste cálculo, o sonho de um futuro resiliente para nossas cidades permanecerá evasivo.

O **Programa de Resiliência da Cidade (CRP)**, recém-lançado pelo Banco Mundial e a Facilidade Global para Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR), enfoca precisamente a questão da melhor forma de mobilizar o capital privado para fortalecer a **resiliência** da cidade. No início de novembro, a CRP reuniu as delegações de alto nível de 26 cidades com assessores financeiros e especialistas do setor privado para a primeira conferência abrangente de Soluções Financeiras para a **Resiliência** da Cidade organizada pela CRP. O objetivo desta série de conferências era conectar

idades com potenciais parceiros de financiamento, desenvolver e aprimorar as oportunidades de investimento existentes e explorar diferentes estruturas de negócios que poderiam tornar a participação do setor privado mais atrativa.

Os investidores privados estão prontos para apostar em um futuro mais resiliente, enquanto o perfil de risco e retorno da oportunidade de investimento for apropriado. Ao mesmo tempo, as cidades se sentem em uma riqueza de ativos que podem ser alavancados para tornar os investimentos rentáveis e atraentes para os investidores. CRP procura:

- criar o ecossistema certo para reunir os investidores e os líderes das cidades, e
- para construir a capacidade das próprias cidades para preparar e estruturar transações que permitem ao setor privado intervir e se beneficiar com o aumento da **resiliência** da cidade.

Pense nas fronteiras negligenciadas ou em áreas industriais anteriores em qualquer cidade: o que parece não ser rentável, a terra subutilizada pode ser facilmente transformada em um recurso valioso para a cidade para atrair investimentos. Às vezes, não leva mais do que um esforço limitado, mas catalítico, pelo setor público para impulsionar o desenvolvimento, por exemplo, limpando o rio ou construindo um parque. Esses investimentos públicos levam a um aumento nos preços da terra, pois os residentes se beneficiam do acesso a terras previamente inundadas ou aproveitam o espaço público recém-criado para lazer ou esportes.

Capturar este valor recém-criado desempenha um papel crítico na capacidade de uma cidade para financiar as atualizações necessárias na infraestrutura. Os governos municipais podem fazer isso calculando os aumentos do valor da terra que provavelmente irão acumular aos residentes e desenvolvedores privados e recuperar essa criação de valor através de impostos diretos ou outros mecanismos. O CRP aconselha os governos das cidades sobre a melhor forma de fazer isso. Enquanto as cidades tiverem a capacidade de colher os benefícios dos investimentos em infraestrutura pública e os aumentos do valor da terra, eles podem efetivamente orientar a direção desses desenvolvimentos para serem **resilientes** e no interesse do público. Isso pode criar um círculo virtuoso que pode transformar uma cidade.

As cidades tornaram-se o ponto focal da ação climática, tanto em termos de redução de emissões como de adaptação aos impactos climáticos. As decisões que as cidades tornam mais sustentáveis, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a resiliência climática local terão impactos críticos no futuro do nosso planeta . No entanto, investimentos substanciais serão necessários para fortalecer a sustentabilidade e a **resiliência** das cidades e a solução é uma coalizão efetiva entre o setor público e privado.

<https://www.gfdrr.org/en/city-resilience-program/>

ONU defende cooperação para difundir iniciativas ‘fantásticas’ do Brasil no combate à fome



Governo brasileiro e agências da ONU discutem cooperação trilateral do Brasil com outros países em desenvolvimento.
Foto: ABC

Em evento paralelo à Expo Global de Desenvolvimento Sul-sul, em Antália, na Turquia, representantes da ONU e do Brasil reuniram-se neste mês (1º) para analisar as atuais práticas de cooperação trilateral do país latino-americano. Nação adota modelo de assistência que mobiliza organismos internacionais e Estados-membros. Para a ONU, experiências brasileiras de combate à fome são “fantásticas” e precisam ser compartilhadas.

“A ONU no Brasil percebeu que o país estava fazendo um trabalho fantástico em termos de programas sociais, inclusive na luta contra a fome, e ao mesmo tempo o Brasil estava muito comprometido com o compartilhamento dessas experiências”, elogiou o diretor do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), Jorge Chediek. Um dos resultados desse interesse mútuo foi o estabelecimento do Centro de Excelência contra a Fome.

Criado em 2011, o organismo realiza capacitações e consultorias, auxiliando nações da África, Ásia, América Latina e Caribe a implementar redes de proteção social e programas de alimentação escolar. O Centro funciona como o terceiro agente em algumas parcerias trilaterais entre o Brasil e outras nações, organizando atividades de assistência técnica para a troca de conhecimentos entre quem beneficia e quem é beneficiado. A instituição é mantida pelo Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) e pelo governo brasileiro.

Para Daniel Balaban, diretor do Centro de Excelência, o organismo aproveitou as forças da ONU e do Brasil para responder às demandas de países em desenvolvimento interessados em aprender sobre as iniciativas brasileiras de segurança alimentar e combate à miséria. “O Brasil começou a cooperar porque havia uma demanda de outros países para entender suas políticas e programas nacionais.”

Também presente no encontro em Antália, a gerente de projetos na área de cooperação trilateral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Anna Maria Graziano, ressaltou que a parceria do país não envolve apenas a transferência de recursos financeiros. Projetos mobilizam e difundem as experiências acumuladas pelo Brasil, promovendo a construção conjunta de soluções adaptadas para cada nação.

Entre os projetos de referência do Brasil, estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos, ambos com mecanismos para fortalecer a agricultura familiar.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) enfatizou que o Brasil é um dos poucos em que a agência tem um programa estruturado, com orientações operacionais e programáticas para a cooperação Sul-Sul. Ian Thorpe, chefe de aprendizagem e intercâmbio de conhecimentos do UNICEF, ressaltou que a cooperação Sul-Sul é complementar às demais formas de assistência do organismo internacional.

Para o especialista, muitos dos desafios enfrentados pelas crianças são comuns a diferentes partes do mundo — e muitas das soluções para esses problemas estão vindo do Sul global, inclusive do Brasil. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) também participou do encontro em Antália.

FONTE: <http://centrodeexcelencia.org.br/brasil-apresenta-seu-modelo-de-cooperacao-trilateral-em-antalya/>



Relatório de Síntese [RELATÓRIO] Anual 2017 Agenda For Humanity

Na Cúpula Mundial da Ajuda Humanitária em Istambul maio 2016, os líderes fizeram mais de 3.700 compromissos para avançar a Agenda para a Humanidade. Em seus primeiros auto-relatos contra esses compromissos, 142 participantes descreveu os esforços que eles fizeram de junho a dezembro de 2016 para concretizar esta visão ambiciosa.

O relatório 2017 anual de síntese sobre os progressos fornece um resumo de suas realizações coletivas em torno dos 5 principais responsabilidades e 24 Transformações da Agenda para a humanidade.

O Sumário Executivo fornece uma visão transversal das tendências emergentes em andamento e lacunas que precisam ser abordadas. Cada capítulo também pode ser baixado separadamente para uma visão em profundidade do progresso.

FONTE: https://www.agendaforhumanity.org/resources/agendaforhumanity?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=17c62c5f80-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-17c62c5f80-25743853#annual-synthesis-report-2017



Manual de cenários para avaliar os principais riscos de acidentes químicos

FONTE : COMISSÃO EUROPEIA CENTRO COMUM DE INVESTIGAÇÃO (CCI)

Este manual apresenta o trabalho coletivo do Grupo de Trabalho Europeu sobre Planejamento do Uso da Terra e discute as atividades para decisões mais consistentes de planejamento do uso da terra através de abordagens e dados de avaliação de risco mais compreensíveis. O objetivo deste livro é ajudar os Estados membros da UE, especialmente aqueles que não possuem um sistema consolidado de abordagem, cenários e critérios para avaliar os casos de Planejamento de Uso do Território (LUP), no cumprimento dos requisitos da Diretiva Seveso.

O manual começa com um capítulo geral que explica seu propósito geral e alcance e, em particular, a importância do cenário de acidente na avaliação de risco para prevenção e preparação de acidentes químicos. Os sete capítulos subsequentes fornecem cenários de referência comuns para cada um dos 6 tipos de substâncias perigosas comumente usadas em toda a União Europeia. O capítulo final descreve um exercício de avaliação comparativa em que oito diferentes equipas de especialistas das autoridades regionais e nacionais da UE realizam avaliações de risco para o planejamento do uso da terra em dois locais fictícios usando os cenários de referência comuns neste manual.

FONTE: https://minerva.jrc.ec.europa.eu/en/shorturl/minerva/handbook_of_scenarios_for_assessing_major_chemical_accident_risksonlinepdf



PNUD lança em Nova Iorque plano estratégico de desenvolvimento para 2018-2021

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou na sexta-feira (1) em Nova Iorque seu plano estratégico para o período 2018-2021, ancorado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e comprometido com os princípios de universalidade, igualdade e de não deixar ninguém para trás.

A estratégia tem como objetivo apoiar os países a atingir o desenvolvimento sustentável ao erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, acelerar transformações estruturais e construir **resiliência** para enfrentar crises e choques.

“O plano reforça nosso compromisso de trabalhar em parceria com governos, sociedade civil e setor privado, como catalizador e facilitador de apoio do Sistema ONU como determinado pela Assembleia Geral”, afirmou o texto de abertura do documento.

“Esse é um novo plano para uma nova era”, declarou o administrador do PNUD, Achim Steiner, ao Conselho Executivo da agência da ONU, em Nova Iorque. “As mudanças dramáticas que vemos no mundo ocorreram em escala e ritmo tais que nossas instituições estão lutando para acompanhar. Cada vez se exige mais de nós”, afirmou.

O presidente do Conselho, Ib Petersen, representante permanente da Dinamarca, disse que “o novo plano estratégico do PNUD marca uma nova e bem-vinda direção para o organismo, que servirá de apoio ao cumprimento da Agenda 2030”. “Em nome do Conselho Executivo, agradeço pelo endosso que recebemos hoje ao plano como ferramenta essencial para o PNUD continuar a evoluir e se adaptar nos próximos quatro anos”, declarou.

“As nações do mundo comprometeram-se a cumprir a Agenda 2030, e ao Sistema ONU coube a tarefa de apoiá-las”, prosseguiu Steiner. “Essa é a força motriz da agenda de reforma do secretário-geral da ONU, e devemos encarar o desafio”.

O plano estabelece uma visão para a evolução do PNUD nos próximos quatro anos, respondendo a um cenário de desenvolvimento em mudança constante e à demanda crescente por parte de parceiros. Com base nos 50 anos de experiência da agência, a estratégia descreve como o PNUD apoiará os países no cumprimento da Agenda 2030 e dos acordos relacionados.

“Este plano foi projetado para atender à ampla diversidade de países que servimos”, continuou Steiner. “Essa diversidade se reflete nos três grandes cenários de desenvolvimento descritos no plano: erradicação da pobreza; transformações estruturais; e criação de **resiliência**. Ele também descreve como nossas duas novas plataformas – nos planos nacional e global – permitirão que o PNUD preste apoio de maneira mais efetiva”.

O plano identifica seis “soluções emblemáticas” às quais o PNUD agora alinhará seus recursos e expertise para ter um impacto real na pobreza, na governança, no acesso à energia, na igualdade de gênero, na **resiliência** e na sustentabilidade ambiental.

Além de aprovar formalmente o plano, o Conselho endossou a estratégia integrada de recursos da agência da ONU e as previsões orçamentárias integradas para 2018-2021.

O Conselho Executivo do PNUD é composto por representantes de 36 países e fornece apoio intergovernamental e supervisão das atividades do organismo, garantindo que este continue atendendo as novas necessidades dos países onde se executam projetos.

Clique aqui para ler o Plano Estratégico (em inglês).

FONTE: <http://undocs.org/DP/2017/38>



GCC DISASTER MANAGEMENT PLAN
2017

Plano de gestão de desastres urbanos 2017

O Plano de Gestão de Desastres da Cidade (CDMP) é enquadrado como um conjunto de diretrizes para o gerenciamento efetivo de desastres ao nível distrital para a cidade de Chennai em sua preparação, prevenção e mitigação de desastres e também para o monitoramento de desastres iminentes. O CDMP deve ser revisado anualmente, com base em requisitos e experiência passada.

Este plano leva em consideração as vulnerabilidades de Chennai com base na geografia da cidade, na demografia, na história de desastres e seus aspectos sociais e ambientais. Este plano foi preparado com base nos princípios do Plano Nacional de Gerenciamento de Desastres (NDMP) e do Plano Estadual de Gerenciamento de Desastres (SDMP).

FONTE: <http://www.chennaicorporation.gov.in/NorthMonSoon2017/cdmcb.pdf>



Gerenciamento de estresse e autocuidado

volume 12, edição 3 - 2016 (PDF | 1.4 MB)

- **Inundações do Texas:** uma equipe se junta (*Contribuiu por Nancy R. Divis, LCSW, Conselheira de crise, Texans Recuperando Juntos e Teresa R. Gonzales, Conselheira de Crise de Equipe, Texans Recuperando Juntos*)
- Promovendo o Gerenciamento do Estresse no Trabalho entre os Coordenadores e Respondentes da Saúde do **Comportamento de Desastres** (*Contribuído por Charlie Cook, Diretor Executivo da Hearth Connection e Ex-Diretor Executivo do Programa de Recuperação do Hurricane Spirit da Louisiana*)
- Gerenciamento de estresse ao implementar uma concessão de CCP: uma perspectiva de Carolinian (*Contribuído por Jay Little, MS, Diretor de Programa da Carolina Unidos e William Wells, MSW, Gerente de Programa, Preparação para Emergência e Resposta*)

FONTE: <https://www.samhsa.gov/sites/default/files/dtac/dialogue-vol-12-issue-3.pdf>

EVENTOS



6ª Conferência Internacional sobre Inundações e Gestão de Águas Urbanas (FRIAR) 2018

Introdução

FRIAR 2018 é a sexta Conferência desta série de sucesso. A conferência começou na Instituição de Engenheiros Cívicos em Londres 2008 e foi novamente convocada na sede da Região da Lombardia em Milão em 2010, Dubrovnik em 2012, Poznan em 2014 e Veneza em 2016. Desde 2012, um seminário paralelo sobre Design, Construção, Manutenção, O monitoramento e o controle da água urbana ocorreram, que agora é parte integrante da conferência.

A inundação é um fenômeno global que reivindica inúmeras vidas em todo o mundo a cada ano. Quando as inundações ocorrem em áreas urbanas, isso pode causar danos substanciais à propriedade e ameaçar a vida humana. Além disso, muitas pessoas mais devem suportar o sem-teto, o transtorno e a interrupção que são deixados na sequência das inundações. O aumento da frequência de inundações nos últimos anos, aliado às previsões de mudanças climáticas e ao desenvolvimento urbano, sugerem que esses impactos devem piorar no futuro. Como respondemos e importante, a adaptação a esses desafios é fundamental para o desenvolvimento da nossa resistência a longo prazo na escala de propriedade, comunidade e cidade.

Além dos danos físicos aos edifícios, conteúdos e perda de vidas, que são os impactos mais óbvios das inundações sobre as famílias, outras perdas mais indiretas são muitas vezes ignoradas. Esses impactos indiretos e intangíveis geralmente estão associados à interrupção da vida normal, bem como a questões de saúde a longo prazo, incluindo

deslocamentos comunitários e doenças relacionadas ao estresse. As inundações representam uma grande barreira ao alívio da pobreza em muitas partes do mundo em desenvolvimento, onde as comunidades vulneráveis são freqüentemente expostas a eventos súbitos e que ameaçam a vida.

À medida que nossas cidades continuam a expandir, suas infraestruturas urbanas precisam ser reavaliadas e adaptadas a novos requisitos relacionados ao aumento da população e às áreas em crescimento em urbanização. Esta conferência também considera esses problemas e aborda dois principais temas da água urbana: sistemas de abastecimento de água e drenagem urbana.

Tópicos como a contaminação e as descargas de poluição nos corpos d'água urbanos, bem como o monitoramento dos sistemas de reciclagem de água, estão recebendo uma grande atenção de pesquisadores e engenheiros profissionais que trabalham no setor de água. As redes de distribuição de água muitas vezes sofrem perdas substanciais que representam o desperdício de energia e tratamento. É necessário um gerenciamento efetivo, eficiente e de economia de energia para otimizar seu desempenho. Os sistemas de esgoto estão sob pressão constante devido à crescente urbanização e às mudanças climáticas, e o impacto ambiental causado pelos desbordamentos de drenagem urbana está relacionado à quantidade de água e à qualidade da água.

O FRIAR busca desenvolver uma melhor compreensão dos desafios emergentes de gerenciamento de riscos de inundação e de gestão urbana, aproveitando a experiência de inúmeras disciplinas e considerando uma série de respostas. A conferência fornece um fórum rico para o desenvolvimento de soluções inovadoras que podem ajudar a gerar múltiplos benefícios para alcançar estratégias e políticas de gerenciamento de água e inundações integradas.

O encontro visa atrair pesquisadores, acadêmicos e profissionais envolvidos ativamente na melhoria da compreensão dos sistemas de água e inundações urbanas. Reunirá cientistas sociais, topógrafos, engenheiros, cientistas e outros profissionais de vários países envolvidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento em uma ampla gama de tópicos técnicos e de gestão relacionados à água e inundações urbanas e seus impactos nas comunidades, propriedades e pessoas.

Os trabalhos apresentados nesta conferência, como todas as outras reuniões realizadas pelo Instituto Wessex, são arquivados na Biblioteca do Instituto (www.witpress.com/elibrary) e permanentemente e livremente disponíveis para a comunidade internacional.

Tópicos da conferência

A lista a seguir aborda alguns dos tópicos a serem apresentados no FRIAR 2018. Também são bem-vindos os trabalhos sobre outros assuntos relacionados aos objetivos da conferência.

Inundações, incluindo:

- Gerenciamento de risco de inundação
- Aviso de inundação e previsão
- Adaptação ao risco de inundação
- Proteção contra inundações
- Modelagem de inundações
- Vulnerabilidade de inundação
- Inundação urbana
- Avaliação do risco de inundação
- Inundações costeiras
- Impacto das alterações climáticas
- Infravermelho azul-verde
- Abordagens resilientes
- Gestão de inundações naturais

Sistemas urbanos de água, incluindo:

- Redes de abastecimento de água
- Vazamento e perdas
- Modelagem e experimentação
- Segurança e segurança dos sistemas de água
- Economia de água e reutilização
- Tratamento de águas residuais e reutilização
- Controle de inundação
- Estratégias urbanas
- Sistemas de drenagem urbana sustentável (SuDs)

FONTE: <http://www.wessex.ac.uk/conferences/2018/friar-2018>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>